

DIÁRIO OFICIAL



DO ESTADO DE MATO GROSSO

ANO CMI CUIABA

SEXTA FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1.993 —

Nº 21.293

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 37, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1993.

Institui a Lei Orgânicas e o
Balanço do Ministério Público
do Estado de Mato Grosso, e
dá outras provisões.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 45 da Constituição Federal, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 1º O Ministério Público é instituto permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo Único. São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Ao Ministério Público é assegurada a autonomia funcional e administrativa, cabendo-lhe:

I - praticar suas próprias de gestão;
II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa de pessoal, ativo e inativo, de carreira e dos serviços auxiliares organizados em quadros próprios;

III - elaborar suas folhas de pagamento e expedir suas competentes documentações;

IV - adquirir bens e mercadorias necessárias, estabelecendo a respectiva contabilização;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos, bem como a fixação e o resgate dos vencimentos de seus membros;

VI - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção das cargas de carreira, bem como auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus servidores;

VII - prover os cargos iniciais de carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VIII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outras que importam na vacância de cargos de carreira dos serviços auxiliares, bem como na disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

IX - organizar suas coordenações e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

X - compor os seus órgãos de Administração;

XI - elaborar seus regimentos;

XII - exercer outras competências dela decorrentes.

§ 1º As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm efeitos plenos e executividade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

§ 2º O Ministério Público, sem prejuízo de outras, instalará as Promotorias de Justiça em dependências sob sua administração, integrantes do conjunto arquitetônico dos Fóruns ou adjacências.

Art. 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro das Linhas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado que a submetterá ao Poder Legislativo.

§ 1º Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidas os créditos suplementares e especiais, serão-lhe entregues até o dia 20 de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa.

§ 2º Os recursos próprios ou concedidos, não originários do Tesouro, serão utilizados em programas vinculados às finalidades da Instituição, vedada outra destinação.

§ 3º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações, recursos próprios e remédio de recolhas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido nesta lei.

CAPÍTULO II Da Organização do Ministério Público

Série I Dos Órgãos de Administração

Art. 4º São órgãos de Administração Superior do Ministério Público:

- I - a Procuradoria Geral de Justiça;
- II - o Conselho Superior do Ministério Público;
- III - a Corregedoria Geral do Ministério Público;
- IV - a Promotoria Geral do Ministério Público.

Art. 5º São também órgãos de Administração do Ministério Público:

- I - as Procuradorias de Justiça;
- II - as Promotorias de Justiça.

Série II Dos Agentes de Execução

Art. 6º São agentes de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador Geral de Justiça;
- II - o Corregedor Geral do Ministério Público;
- III - os Procuradores de Justiça;
- IV - os Promotores de Justiça.

Série III Dos Órgãos Auxiliares

Art. 7º São órgãos auxiliares do Ministério Público além de outros criados por este Edital:

- I - os Centros de Apoio Operacional;
- II - a Comissão de Concursos;
- III - o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
- IV - os órgãos de Apoio Administrativo;
- V - os Estagiários.

CAPÍTULO III Das Órgãos de Administração

Série I Da Procuradoria Geral de Justiça

Art. 8º O Ministério Público do Estado de Mato Grosso formará Esta tríplex, dentre os Procuradores de Justiça, para escolha de seu Procurador Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

§ 1º São elegíveis somente Procuradores de Justiça que não estejam afastados da carreira.

§ 2º A eleição de Esta tríplex far-se-á mediante voto plurinominal de todos os integrantes da carreira.

§ 3º Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador Geral de Justiça nos quinze dias que se seguiram ao recebimento de Esta tríplex, entrará em exercício, automaticamente, o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato.

§ 4º Nos seus afastamentos e impedimentos, o Procurador Geral de Justiça será substituído pelo Procurador de Justiça de sua livre indicação, ou, à falta deste, pelo membro mais antigo do Colégio de Procuradores.

§ 5º A destituição do Procurador Geral de Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida da autorização da maioria absoluta e por voto secreto da Assembleia Legislativa.

Art. 9º Compete ao Procurador Geral de Justiça:

I - exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente;

II - integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público;

III - submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e de orçamento apurado;

IV - encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

V - praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e à disciplina corporativa do Ministério Público;

VI - prover os cargos iniciais de carreira e dos serviços auxiliares, bem como os casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;

VII - editar atos de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem em desprendimento do cargo de carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membro do Ministério Público e seus servidores;

VIII - delegar suas funções administrativas;

IX - designar membros do Ministério Público para:

a) exercer as atribuições de dirigentes dos Centros de Apoio Operacional;

b) ocupar cargos de confiança junto aos órgãos de Administração Superior;

c) integrar organizações estatais afins à sua área de atuação;

d) propor ação civil pública nas hipóteses de não cumprimento de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem como de quaisquer peças de informação;

e) acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória, devendo ressar a escolha sobre membro do Ministério Público com atribuições para, em tese, oficiar no fato, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços;

f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspensão de titulares de cargo, ou com o consentimento destes;

X - dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deve oficiar no fato;

XI - decidir processos disciplinares contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;

XII - expedir, sem caráter normativo, recomendações aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

XIII - encaminhar aos Presidentes dos Tribunais as listas súplicas a que se refere os arts. 14, "caput", e 16, Parágrafo Único, II, da Constituição Federal;

XIV - exercer outras atribuições previstas em lei, vedada designação de Promotores de Justiça para comarca diversa daquela em que é titular, salvo por interesse público, mediante prévia autorização do Colégio de Procuradores.

§ 1º O Procurador Geral de Justiça poderá ter em seu gabinete, no exercício de cargos de confiança, Procuradores ou Promotores de Justiça de nata elevada e/ou categoria por ele designados.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior às designações referidas no art. 9º, IX, alíneas "a" e "b".

Série II Do Colégio de Procuradores de Justiça

Art. 10. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhes:

I - opinar, por solicitação do Procurador Geral de Justiça ou de maioria de seus integrantes, sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem assim sobre outras de interesse institucional;

II - propor ao Procurador Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânicas e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

III - aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pelo Procurador Geral de Justiça, bem como projeto de criação de cargos e serviços auxiliares;

IV - propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador Geral de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, e por iniciativa da maioria de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurado ampla defesa;

V - destituir o Corregedor Geral do Ministério Público, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurado ampla defesa;

VI - recomendar ao Corregedor Geral do Ministério Público a instauração do procedimento administrativo disciplinar contra membros do Ministério Público;



Governo de Mato Grosso
TRABALHO E PROGRESSO

JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS
Governador do Estado

OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
Vice - Governador

OSCAR CÉSAR RIBEIRO TRAVASSOS Secretário de Estado da Justiça	OSVALDO ROBERTO SOBRINHO Secretário de Estado da Educação
ANTÔNIO ALMEIDA SCHWERM Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo	JOAQUIM SUCENA BRAGA Secretário de Estado da Saúde
ANTÔNIO DAIJO DE OLIVEIRA Secretário-Chefe da Casa Militar	CHELO EMILIO CALIXTO BARINI Secretário de Estado da Administração
ANTÔNIO EUGÉNIO BELUCA Secretário de Estado de Plan.e Coord.Geral	PAULO MARIA FERREIRA LIMA Secretário de Estado de Comunicação Social
GILSON DURANTE DE BARROS Secretário-Chefe da Auditoria Geral do Estado	FILIPPO CORRÊA DA COSTA Secretário de Estado para Assuntos Extraordinários
IMBERTO CRUZILLO RODOLVINO Secretário de Estado de Fazenda	CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA Secretário Especial de Meio Ambiente
ANTONIO JOSÉ PAQUER Secretário de Estado de Agric.e Assunt.Fundiários	LUIS VIDAL DA FONSECA Procurador Geral da Justiça
ILTON FERNANDES SANCHES Secretário de Estado de Ind.Comércio e Mineração	DOMINGOS MORENO DA SILVA MELO Procurador Geral do Estado
CÍMERO MORENO LIMA Secretário de Estado de Infra Estrutura	

VII - julgar recurso contra decisão:

- a) de vitalícioamento, ou não, de membro do Ministério Públíco;
- b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar;
- c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;
- d) de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Públíco, por motivo de interesse público;
- e) de reseva prevista no parágrafo único do art. 15 desta lei.

VIII - decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar:

- IX - deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou de Procurador Geral de Justiça, que este ejerce ação civil de descrevimento de perda do cargo do membro do Ministério Públíco vitalício, nos casos previstos nesta lei;

X - elegir os Procuradores de Justiça que integrarão a Comissão de Concursos de ingresso no Correio;

XI - elaborar seu regimento;

XII - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei;

XIII - autorizar, por maioria absoluta, designação de Promotor de Justiça para Comissões diversas daquela em que é titular.

Parágrafo Único. As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça, salvo deliberação da maioria de seus integrantes ou nas hipóteses legais de sigilo, serão motivadas e publicadas, por extrato.

Sociedade
Do Conselho Superior do Ministério Públíco

Art. 11. O Conselho Superior do Ministério Públíco será composto por 11 (onze) Procuradores de Justiça, eleitos pelo voto uninominal, facultativo e secreto de todos os membros da Instituição, observadas as seguintes disposições:

I - não elegíveis somente Procuradores de Justiça que não estejam afastados das carreiras;

II - a duração do mandado a que se refere o "caput" deste artigo é de 3 (três) anos, permitida a recondução, com mandatos contínuos caso o de Procurador Geral de Justiça;

III - dos integrantes do Conselho Superior, o Procurador Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Públíco são membros votantes;

IV - o eleitor poderá votar em cada um dos elegíveis, até o número de cargos postos em eleição.

Parágrafo Único. Resolução a ser baixada pelo Colégio de Procuradores regularizará a forma, modo e época de eleição de que trata o "caput" deste artigo.

Art. 12. Ao Conselho Superior do Ministério Públíco compete:

I - elaborar as Matas sótuplas a que se refere os arts. 94, "caput", e 104, Parágrafo Único, II, da Constituição Federal;

II - indicar ao Procurador Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento, evitado, o Corregedor Geral do Ministério Públíco;

III - indicar ao Procurador Geral de Justiça o nome do mais antigo membro do Ministério Públíco, para remoção ou promoção por antiguidade;

IV - indicar, ao Procurador Geral de Justiça, Promotores de Justiça para substituição por convocação;

V - aprovar os pedidos de remoção por permuta entre os membros do Ministério Públíco;

VI - decidir sobre o vitalícioamento de membros do Ministério Públíco;

VII - deliberar, por voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, a remoção ou disponibilidade de membro do Ministério Públíco, por interesse público, assegurada ampla defesa;

VIII - aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Públíco e decidir sobre reclamações formuladas a respeito;

IX - auxiliar ao Procurador Geral a edição de recomendações, seu caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Públíco, para desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

X - autorizar afastamento de membro do Ministério Públíco para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior;

- XI - elaborar seu regimento;
- XII - exercer outras atribuições previstas em lei.

§ 1º As decisões do Conselho Superior do Ministério Públíco, salvo deliberação da maioria de seus integrantes, ou nas hipóteses legais de sigilo, serão motivadas e publicadas, por extrato.

§ 2º A remoção e a promoção voluntária por antiguidade e por merecimento, bem como a convocação, dependerão de prévia manifestação escrita do interessado.

§ 3º Na indicação por antiguidade, o Conselho Superior do Ministério Públíco somente poderá recusar o membro do Ministério Públíco mais antigo pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, conforme procedimento próprio, reputando-se a votação só fixar-se a indicação, após julgamento de eventual recurso interposto com apoio no inciso X da art. 10.

Séção IV
Da Corregedoria Geral do Ministério Públíco

Art. 13. O Corregedor Geral do Ministério Públíco e o Corregedor Adjunto serão eleitos pelo Colégio de Procuradores do Ministério Públíco, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

§ 1º O Corregedor Geral do Ministério Públíco e o Corregedor Adjunto somente poderão ser destituídos por maioria dos membros do Colégio de Procuradores.

§ 2º O Corregedor Geral do Ministério Públíco é membro do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Públíco.

Art. 14. A Corregedoria Geral do Ministério Públíco é o órgão de Administração Superior, orientador e fiscalizador das atividades funcionais e de conduta dos membros do Ministério Públíco, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições:

I - realizar corpos e inspeções;

II - realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça;

III - propor ao Conselho Superior do Ministério Públíco o não vitalícioamento do membro do Ministério Públíco;

IV - fazer recomendações, seu caráter vinculativo, a outro órgão de execução;

V - instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos de Administração Superior do Ministério Públíco, processo disciplinar contra membro da Instituição, presidente e aplicando as sanções administrativas cabíveis, na forma desta lei;

VI - encaminhar ao Procurador Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma desta lei, incumbem a este decidir;

VII - remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Públíco informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

VIII - apresentar ao Procurador Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relação com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativos à anterior.

Art. 15. O Corregedor Geral do Ministério Públíco será assessorado por Promotores de Justiça de nôta elevada entrância ou categoria, por lei indicados e designados pelo Procurador Geral de Justiça.

Parágrafo Único. Recusando-se o Procurador Geral de Justiça a designar os Promotores de Justiça que lhe forem indicados, o Corregedor Geral do Ministério Públíco poderá submeter a indicação a deliberação do Colégio de Procuradores.

Séção V
Das Promotorias de Justiça

Art. 16. As Procuradorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Públíco, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta lei.

§ 1º Ficam criadas, inicialmente, quatro Procuradorias de Justiça, assim discriminadas:

OSVALDO ROBERTO SOBRINHO
Secretário de Estado da Educação

JOAQUIM SUCENA BRAGA
Secretário de Estado da Saúde

CHELO EMILIO CALIXTO BARINI
Secretário de Estado da Administração

PAULO MARIA FERREIRA LIMA
Secretário de Estado de Comunicação Social

FILIPPO CORRÊA DA COSTA
Secretário de Estado para Assuntos Extraordinários

CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA
Secretário Especial de Meio Ambiente

LUIS VIDAL DA FONSECA
Procurador Geral da Justiça

Domingos Moreno da Silva Melo
Procurador Geral do Estado

I - Procuradoria de Justiça Civil;

II - Procuradoria de Justiça Criminal;

III - Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal de Contas;

IV - Procuradoria de Justiça Especializada.

§ 2º A composição das Procuradorias de Justiça será feita, através de ato normativo a ser baixado pelo Colégio de Procuradores.

§ 3º É obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos de respectiva Procuradoria de Justiça.

§ 4º Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que procederem, remetendo seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Públíco.

Art. 17. As Procuradorias de Justiça Civil, Criminal e Especializada reunir-se-ão para fixar orientação sobre questão jurídica, sem caráter vinculativo, encaminhando-a a Procuradoria Geral de Justiça.

Art. 18. A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Colégio de Procuradores, que visam à distribuição equitativa dos processos, por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialização e alternância fixadas em função da natureza, volume e espécie dos fatos.

Parágrafo Único. A norma desta artigo só não incidirá nas hipóteses em que os Procuradores de Justiça definam, consensualmente, conforme critérios próprios, a divisão interna dos serviços.

Art. 19. À Procuradoria de Justiça compete, dentre outras atribuições:

I - escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria;

II - propor ao Procurador Geral de Justiça a escala de ofícios de seus integrantes;

III - solicitar ao Procurador Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções de Procurador de Justiça, que convogue Promotor de Justiça da mais elevada entrada ou categoria para substituí-lo.

Séção VI
Das Promotorias de Justiça

Art. 20. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Públíco, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por lei.

§ 1º As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador Geral de Justiça, aprovada por maioria do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 3º A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos de Promotor de Justiça será criada, no prazo máximo de um ano, Promotoria de Justiça correspondente.

§ 4º Para cada nova função cometida ao Ministério Públíco será criada, no prazo máximo de um ano, Promotoria de Justiça correspondente.

§ 5º Para fins de apresentação, ficam os Promotores de Justiça obrigados a assiná-los, "in loco" e regularmente, os municípios que não sejam sede de comarca.

I - os trabalhos realizados serão recompensados através de gratificação especial;

II - poderá o Promotor requisitar, junto aos Poderes públicos de comarca, meios para consecução da obrigação a que se refere este dispositivo;

III - deverá o Promotor de Justiça, previamente, notificar os Sindicatos de Trabalhadores existentes no município a ser atendido;

IV - fica o Conselho Superior do Ministério Públíco, a que alude o art. 11 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Públíco,

obrigado a regularizar o presente dispositivo, considerando as peculiaridades de cada município a ser contemplado, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 21. O Procurador Geral da Justiça poderá, com a concordância do Promotor de Justiça titular, designar outro Promotor para funções em sede determinada, de atribuição desaque.

CAPÍTULO IV Das Funções dos Agentes do Estado

Sepé I Das Funções Gerais

Art. 22. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, assim e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Federal;

II - promover a representação de inconstitucionalidade, para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública na forma de lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma de lei, para:

- a) a proteção, a prevenção e a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paleontológicos e a outros interesses difusos e coletivos;
- b) a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado, da sua administração indireta ou funcional ou de entidades privadas de que participe;

V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para auxiliar o exercício de suas funções institucionais, não importando a face ou o grau de jurisdição em que se encontrem os processos;

VI - exercer a fiscalização dos estabelecimentos privados e dos que abrigam escolas, museus, hospitais ou pessoas portadoras de deficiência;

VII - deliberar sobre a participação em organizações científicas, de defesa do meio ambiente, do trabalho, do consumidor, da criança e do adolescente, de políticas penais e punitividade e outros atos à sua área de atuação;

VIII - ingressar em Juízo, de ofício ou mediante provocação de qualquer cidadão, para responsável ou gestor do dinheiro público condeneado por Tribunal ou Conselho de Contas;

IX - interpor recursos no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo Único. À vedada o exercício das funções do Ministério Público a pessoas e a instituições, sob pena de nulidade de sua pertinência.

Art. 23. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas, bem como procedimentos administrativos, e, para isto:

- a) expedir notificação para colher depoimento ou esclarecimento, e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;
- b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e Federais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, da E. T. das, do Distrito Federal e dos Municípios

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas para instruir procedimentos ou processo em que ofício;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível, acompanhá-lo e produzir provas;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-las e produzir provas;

V - praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório;

VI - dar publicidade dos procedimentos administrativos que instaurar e das medidas adotadas;

VII - sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração de legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e controle da criminalidade;

VIII - requisitar da Administração Pública os serviços imparciais de servidores civis ou policiais militares e outros materiais necessários para realização das atividades específicas;

IX - manifestar-se em qualquer fase dos processos, segundo existentes interesse em causa que justifique a intervenção;

X - se notificada e requisitada prevista neste artigo, quando tiverem como destinatário o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os desembargadores, serão encaminhadas para Procurador Geral da Justiça;

XI - os membros do Ministério Público serão responsáveis pelo uso indevido das informações e documentos que requisitarem, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

XII - serão cumpridas gratuitamente as requisições feitas pelo Ministério Público às autoridades, órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou funcional de qualquer das Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

XIII - A falta de trabalho, em virtude de atendimentos à notificação ou requisição, na forma de Início I, alínea "a", deste artigo, não autoriza decurso de vencimento ou salário, considerando de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do Ministério Público.

Art. 24. O Ministério Público exercerá, na forma da lei, o controle externo da atividade policial, visando, em especial, pela indisponibilidade, moralidade e legalidade da persecução criminal.

Art. 25. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuide de garantir-lhe o respeito:

I - pelos Poderes estaduais ou municipais;

II - pelos órgãos de Administração Pública Estadual e Municipal, direta ou indireta;

III - pelos conselhos e representantes do serviço público estadual e municipal;

IV - por entidades que exercem cette função delegada do Estado ou do Município, ou execute serviço de relevância pública.

Parágrafo Único. No exercício da atribuição a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

I - receber notícias, de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis e dar-lhes as soluções adequadas;

II - emitir pareceres e racionalizar os procedimentos administrativos e policiais;

III - dar andamento, no prazo de trinta dias, à notificação de irregularidades, petições ou reclamações referidas no Inciso I;

IV - promover audiências públicas e outras reuniões, anual ou especial, e recomendar diligências nos órgãos e entidades mencionadas no "caput" deste artigo, requerimento ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

Sepé II Do Procurador Geral da Justiça

Art. 26. Além das atribuições previstas na Constituição Federal e Estadual, na Lei Orgânica Federal e em outras leis, compete ao Procurador Geral da Justiça:

I - propor ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual;

II - representar para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar e observância de princípios indicados na Constituição Federal e Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou decisão judicial;

III - representar o Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça;

IV - interpor recurso nos Tribunais Superiores;

V - ejugar mandado de injúria, quando a elaboração de normas regulamentadoras for atribuição do Governador do Estado, de Secretários de Estado, da Assembleia Legislativa, dos Tribunais de Contas, ou em outros casos de competência originária dos Tribunais;

VI - ejugar ação penal de competência originária dos Tribunais, nela oficiando;

VII - ejugar em mandado de segurança contra Chefe do Poder;

VIII - requerer o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação ou inquérito policial, nas hipóteses de suas atribuições legais, ressalvado o uso deles no âmbito do Poder Judiciário competente para conhecer de matéria;

IX - exercer as funções do art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade recinuida for o Governador, o Presidente da Assembleia Legislativa ou os Presidentes dos Tribunais, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções, deva ser ejudicada a competente ação;

X - delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.

Sepé III Do Corregedor Geral do Ministério Público

Art. 27. Além das atribuições previstas na Lei Orgânica Nacional e na presente lei, compete ao Corregedor Geral do Ministério Público e ao Corregedor Geral Adjunto:

I - exercer o controle interno das atividades afins do Ministério Público fiscalizando sua execução;

II - expedir instruções, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento dos serviços do Ministério, no limite de suas atribuições;

III - fiscalizar os serviços do Ministério Público e a atividade funcional de seus membros, verificando se estes cumprem suas atribuições e observam a orientação trazida pelos órgãos de Administração Superior;

IV - estabelecer, juntamente com a Procuradoria Geral, a escala de atribuições dos membros do Ministério Público, para decisão do Colégio de Procuradores;

V - traçar atualizadas as premissas de vida funcional dos Procuradores de Justiça e coligir os elementos necessários à apreciação de seu merecimento;

VI - elaborar o regulamento do Estágio Probatório e acompanhar os Promotores estagiários durante tal período;

VII - propor no Colégio de Procuradores, através da Procuradoria Geral, o Regulamento das correções e visitas de suspensão;

VIII - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

Sepé IV Do Promotor de Justiça

Art. 28. Cabe aos Procuradores de Justiça exercer atribuições do Ministério Público junto aos Tribunais, inclusive com interposição de recursos, desde que não cometidas ao Procurador Geral de Justiça, e também por delegação deste.

Sepé V Dos Promotores de Justiça

Art. 29. Além de outras funções cometidas pelo Conselho Federal e Estadual, pela Lei Orgânica Nacional, por este e demais leis, competência dos Promotores de Justiça, dentro de sua esfera de atribuições:

I - impetrar habeas-corpus e mandado de segurança e requerer correlação parcial, inclusive perante os Tribunais totais competentes;

II - atender a qualquer de povo, tomado as provisões cabíveis;

III - oficiar perante a Justiça Estadual ou primária instância, com as diligências do Ministério Público Estadual previstas na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado que forem pertinentes, além de outras estabelecidas na legislação estadual e particular.

CAPÍTULO V Das Órgãos Auxiliares

Sepé I Dos Centros de Apoio Operacional

Art. 30. Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes:

I - elaborar a interpretação e a orientação entre órgãos de execução que atuem no mesmo âmbito de atividade e que tenham atribuições comuns;

II - fornecer informações técnicas-jurídicas, com caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;

III - estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos e organizacionais necessários ao desempenho de suas funções;

IV - fornecer, anualmente, ao Procurador Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativas à sua área de atribuições;

V - exercer outras funções compatíveis com as suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgãos de execução, bem como a exploração de suas normas e diretrizes.

Parágrafo Único. As funções de dirigente dos Centros de Apoio Operacional serão privativas de membro do Ministério Público, designado pelo Procurador Geral de Justiça.

Sepé II Do Centro de Concursos

Art. 31. A Comissão de Concursos, órgão auxiliar de natureza temporária, incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, observado o disposto no art. 129, § 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O Procurador Geral de Justiça será o Presidente da Comissão de Concursos de ingresso na carreira; os demais integrantes serão eleitos na forma do art. 19, inciso XII, desta lei.

Sepé III Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Art. 32. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos de aperfeiçoamento, seminários, congressos, simpósios, atividades, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros de Instituição, de suas auxiliares e funcionários, bem como para melhor execução de seus serviços e racionalização do uso de seus recursos materiais.

Parágrafo Único. O Colégio de Promotores assiste-se e organiza o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

Sepé IV Das Órgãos de Apoio Administrativo

Art. 33. Lei de iniciativa do Procurador Geral de Justiça disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, organizados em quadro próprio da carreira, com cargos que atendam às suas peculiaridades e às necessidades de administração e das atividades funcionais.

Sepé V Das Estagiárias

Art. 34. Os estagiários do Ministério Público, auxiliares das Promotorias de Justiça, serão nomeados pelo Procurador Geral de Justiça para período não superior a 3 (três) anos.

Parágrafo Único. O Colégio de Promotores disciplinará a seleção, investigação, validação e dispensa dos estagiáries, que serão alunos dos três últimos anos do curso de bacharelado em Direito, de escolas oficiais ou reconhecidas, sediadas no Estado.

LIVRO II DO ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TÍTULO I Da Carreira

CAPÍTULO I Do Concurso de Ingresso

Art. 35. O ingresso no cargo inicial da carreira dependerá de aprovação previa em concurso público de provas e títulos, organizado e realizado pelo Procurador Geral de Justiça, com a participação do Conselho Seccional das Ordens dos Advogados do Brasil.

§ 1º É obrigatória a abertura de concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a 1/5 (uma quinta) das cargas fixadas da carreira.

§ 2º Asegurar-se-á ao candidato aprovado a nomeação e a ocupação do cargo, de acordo com a ordem de classificação no concurso.

Art. 36. São requisitos mínimos para a inscrição no concurso de ingresso na carreira:

I - ser brasileiro e estar quitinho com o serviço militar;

II - ter concluído o curso de bacharelado em Direito, em escola oficial ou reconhecida;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - possuir título de mestre fidalgo e doutor, fornecido por órgão oficial de saúde do Estado;

V - ter sua candidatura negada e social aprovada por meio do Ministério P\xf3blico ou da Magistratura de local de resid\u00eancia do candidato e n\u00f3o registrar antecedentes criminais;

VI - insatisfa\u00e7\u00e3o de cond\u00e9m\u00e1o criminal ou de inqu\u00e1rito policial ou aju\u00e3o pendente transiti\u00e3o na Justi\u00e7a Estadual, Federal, M\u00f3nica e M\u00f3nica de resid\u00eancia do candidato num \u00famico cinco anos;

VII - sent\u00e9cio negativa de inqu\u00e1rito policial passada pelo SEMIC - Servi\u00e7o de Interc\u00e3o e Identifica\u00e7\u00e3o Criminal do Instituto Nacional de Identifica\u00e7\u00e3o.

Par\u00edgrafo Unico. As normas complementares para a inscri\u00e7\u00e3o dos candidatos e a redig\u00e3o do edic\u00e3o de que trata este Cap\u00edtulo ser\u00e3o elaboradas pelo Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico.

S\u00f3cios I

Da Posse, da Compreens\u00e3o e do Exerc\u00e7\u00e3o

Art. 27. O membro do M\u00f3nico P\xf3blico dever\u00e1 tomar posse dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publica\u00e7\u00e3o do ato de nomea\u00e7\u00e3o no \u00f3rg\u00e3o of\u00f1cial, podendo esse prazo ser prorrogado por igual tempo, a crit\u00e9rio do Procurador Geral da Justi\u00e7a.

I 15 A posse ser\u00e3a dada pelo Procurador Geral da Justi\u00e7a, em sess\u00e3o solene, mediante constituci\u00e3o de termo em que o empossado se compromete a desempenhar, com zelo, as fun\u00e7\u00e3es do cargo, de cumprir as Constitui\u00e7\u00e3es Federais e Estaduais e as decretos leis.

I 16 No dia da posse, o membro do M\u00f3nico P\xf3blico dever\u00e1 apresentar declara\u00e7\u00e3o de sua bene.

I 17 Se a posse n\u00f3o deu dentro do prazo previsto no "caput" deste artigo, a nomea\u00e7\u00e3o ser\u00e3a tornada ex\u00e3ito.

Art. 28. Os membros do M\u00f3nico P\xf3blico dever\u00e1o estar no exerc\u00e7\u00e3o de cargo dentro de prazo de 15 (quinze) dias, a contar:

I - da data da posse;
II - da data da publica\u00e7\u00e3o do ato de promo\u00e7\u00e3o ou remo\u00e7\u00e3o, independentemente de novas compreens\u00e3es.

I 18 O prazo de que trata este artigo poder\u00e1 ser prorrogado por igual tempo, por motivo de f\u00f3rma maior, a crit\u00e9rio do Procurador Geral da Justi\u00e7a.

I 19 Ser\u00e3o igualmente declaradas com efeito a nomea\u00e7\u00e3o, promo\u00e7\u00e3o ou remo\u00e7\u00e3o, se o exerc\u00e7\u00e3o no cargo n\u00f3o autorizar dentro do prazo legal.

I 20 N\u00f3o h\u00e1r j\u00e1 no perf\u00f3lio de tr\u00e1nsito, devendo serem imediatamente cassadas novas fun\u00e7\u00e3es, tpmas intercess\u00e3es ou anteriores, o Promotor da Justi\u00e7a removido para a mesma comarca.

I 21 Quando promovido ou removido durante o giro de f\u00f3rma ou de nome, o prazo para o membro do M\u00f3nico P\xf3blico entrar em exerc\u00e7\u00e3o cont\u00e1nuo \u00e1 de dia em que finden tal altera\u00e7\u00e3o.

I 22 Nos casos de premo\u00e7\u00e3o, o membro do M\u00f3nico P\xf3blico constituir\u00e1 imediatamente e interrup\u00e7\u00e3o de suas fun\u00e7\u00e3es anteriores, bem como o exerc\u00e7\u00e3o no novo cargo, no Procurador Geral da Justi\u00e7a e no Corregedor Geral do M\u00f3nico P\xf3blico.

Art. 29. O exerc\u00e7\u00e3o ser\u00e3o procedido de termo levado na Procuradoria da Justi\u00e7a, em f\u00f3rma expedida, assinada pelo promovido, com indica\u00e7\u00e3o pr\u00f3pria do respectivo t\u00f3tulo de nomea\u00e7\u00e3o, promo\u00e7\u00e3o ou remo\u00e7\u00e3o, ou de exemplar da publica\u00e7\u00e3o oficial no \u00e1gio do termo de posse e compreens\u00e3o.

Par\u00edgrafo Unico. A Procuradoria da Justi\u00e7a constituir\u00e1 o exerc\u00e7\u00e3o do cargo ao Procurador Geral da Justi\u00e7a e ao Corregedor Geral do M\u00f3nico P\xf3blico, no prazo de 45 (quarenta e cinco) horas.

S\u00f3cios II

Do Ret\u00f3gio Profissional

Art. 30. Antes de completar 2 (dois) anos de exerc\u00e7\u00e3o no cargo, dar-se-\u00e1 a avalia\u00e7\u00e3o para vitaliciedade do membro do M\u00f3nico P\xf3blico.

I 23 Para esse efeito, o Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico, no G\u00f3rno m\u00f3nico de Mato Grosso, decidir\u00e1 se o membro do M\u00f3nico P\xf3blico demonstrou condic\u00e3o de permanecer no cargo, considerando, sobretudo, a sua identidade moral, aptid\u00f3o para o desempenho de cargo e capacidade de trabalho.

I 24 Esta decis\u00e3o ser\u00e3a tomada com base nos seguintes elementos:

I - documentos remetidos pelo pr\u00f3prio interessado;
II - refer\u00eancias do Comit\u00e9 Examinador do Concurso de provas e t\u00f3tulos;
III - informa\u00e7\u00e3o obtida, durante o b\u00f3lico, pelo Corregedor Geral, Conselho Superior e Procuradores da Justi\u00e7a;
IV - refer\u00eancias constantes de pareceres, pronunciamentos, s\u00f3cios e outras enunciadas pelo respectivo autor;
V - informa\u00e7\u00e3o reservada ou notificada escrita sobre a conduta moral e a compet\u00eancia funcional do interessado;
VI - qualquer outra informa\u00e7\u00e3o t\u00f3mica, comprovada, sempre, e sua veracidade pelo Corregedor Geral;
VII - possibilidades que lhe foram apontadas;
VIII - outros dados constantes de sua ficheira funcional.

I 25 A Corregedor Geral do M\u00f3nico P\xf3blico notificar\u00e1 os resultados sobre a atividade fundamental e social das comarcas do M\u00f3nico P\xf3blico, que ser\u00e3o encaminhados \u00e1 disposi\u00e7\u00e3o do Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico, sempre que por ele solicitado.

I 26 O Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico decidir\u00e1 a respeito da vitaliciedade, em sess\u00e3o secreta, pelo voto de maioria absoluta de seus membros.

I 27 A decis\u00e3o de n\u00f3n concorrer de vitaliciedade do membro do M\u00f3nico P\xf3blico ser\u00e3o encaminhada ao Procurador Geral da Justi\u00e7a, em f\u00f3rma reservada, para que se considere final o exerc\u00e7\u00e3o no G\u00f3rno de b\u00f3lico, levando-se o n\u00f3mico de exerc\u00e7\u00e3o e o n\u00f3mico de convers\u00e3o, que ser\u00e3o integralmente publicados na Imprensa Oficial n\u00f3mico e dia anterior ao termo de perf\u00f3lio.

Art. 31. Suspender\u00e1-se, m\u00f3nico definitivo julgamento, o exerc\u00e7\u00e3o fundamental do membro do M\u00f3nico P\xf3blico, quando, antes do

decorrer de prazo de 2 (dois) anos, houver impugna\u00e7\u00e3o de seu vitaliciedade.

I 28 Recus\u00e3o a ser expedida pelo Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico disciplinar o procedimento de impugna\u00e7\u00e3o, cabendo ao mesmo Conselho decidir, no prazo m\u00f3nico de 60 (sessenta) dias, sobre o seu vitaliciedade, e ao Coligio de Procuradores da Justi\u00e7a em 30 (trinta) dias, cabendo eventual recurso.

I 29 Durante a transi\u00e3o de procedimento de impugna\u00e7\u00e3o, o membro do M\u00f3nico P\xf3blico permanecer\u00e1 vencimento integral, contando-se, para todos os efeitos, o tempo de suspens\u00e3o do exerc\u00e7\u00e3o funcional, no caso de vitaliciedade.

CAP\u00EDTULO II

Da Promoc\u00e3o

Art. 32. A promoc\u00e3o dos membros do M\u00f3nico P\xf3blico dar-se-\u00e1 por concurso e obedecer\u00e1 os seguintes princ\u00edpios:

I - voluntariado, por antiguidade e merecimento, alternadamente, apuradas na entrada e na categoria imediatamente anterior, de uma para outra entra\u00e7a ou categoria, e di \u00e1 entra\u00e7a ou categoria mais elevada para o cargo de Procurador da Justi\u00e7a, aplicando-se o disposto no art. 106, al\u00edneas "c", "d" e "e"; da Constitui\u00e7\u00e3o Estadual;

II - apurase-se a antiguidade na entra\u00e7a e o merecimento pela atua\u00e7\u00e3o do membro do M\u00f3nico P\xf3blico em toda a carreira, com preval\u00eancia do crit\u00e9rio de ordem c\u00f3njunta, levando-se em conta, inclusive, sua conduta, oportunidade e dedicac\u00e3o no exerc\u00e7\u00e3o do cargo; presteza e seguran\u00e7a nas suas manifesta\u00e7\u00e3es processuais; o n\u00f3mico de vezes que j\u00e1 tenha participado de lista, assim como a frequ\u00eancia e o aproveitamento em cursos de aperfei\u00e7oamento, oficiais ou reconhecidos;

III - a lista de merecimento resultar\u00e1 dos tr\u00eas nomes mais votados, desde que ob\u00f3ide m\u00f3nico de votos, procedendo-se, para discut\u00e9-la, a tantas vota\u00e7\u00e3es quanto necess\u00e1rias, expandindo-se, em primeiro lugar, os nomes dos remanescentes da lista anterior;

IV - n\u00f3n ser\u00e3o o caso de promo\u00e7\u00e3o obrigat\u00f3ria, competente ao Procurador Geral da Justi\u00e7a e exclusiva do membro do M\u00f3nico P\xf3blico participante da lista triplicata;

V - na apreciac\u00e3o da antiguidade, considerar\u00e1 o tempo de efetivo exerc\u00e7\u00e3o na entra\u00e7a ou categoria, deduzidas as interrup\u00e7\u00e3es, salvo as permitidas em lei e as concedidas em raz\u00e3o de processos criminais ou administrativos de que n\u00f3n resulte condenação;

VI - ocorrendo empate na classificaci\u00e3o por antiguidade, ter\u00e1 prefer\u00eancia o membro do M\u00f3nico P\xf3blico que contar com menor tempo de afastamento do efetivo exerc\u00e7\u00e3o da fun\u00e7\u00e3o do cargo; se n\u00f3n h\u00e1 empate na carreira; o de maior tempo de serv\u00f3cio p\u00f3blico ou maior id\u00e1o, neste orden;

VII - n\u00f3n perder\u00e1 o direito de concorrer \u00e1 promo\u00e7\u00e3o por antiguidade o membro do M\u00f3nico P\xf3blico que, tendo optado pelo regime anterior, na forma do art. 29, § 32 do Ato das Disposi\u00e7\u00e3es Constitucionais Transicion\u00e3es da Constitui\u00e7\u00e3o Federal, estiver no exerc\u00e7\u00e3o de cargo efetivo ou exercendo outro cargo, exerceu ou fun\u00e7\u00e3o de n\u00f3vel equivalente ou maior na Administra\u00e7\u00e3o Direta ou Indireta;

Art. 33. Verificada a vaga para promo\u00e7\u00e3o, o Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico, atrav\u00e9s de sua Presid\u00eancia, expedir\u00e1 no prazo m\u00f3nico de 60 (sessenta) dias, edital para preenchimento do cargo, salvo se n\u00f3n h\u00e1 sido estabelecido;

Art. 34. Para cada vaga destinada ao preenchimento por promo\u00e7\u00e3o, expedir\u00e1-se edital distinto, sucessivamente, com a indica\u00e7\u00e3o do cargo correspondente \u00e1 vaga a ser preenchida.

Art. 35. Os requerimentos de inscri\u00e7\u00e3o ao concurso de promo\u00e7\u00e3o, dirigidos ao Presidente do Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico, ser\u00e3o instru\u00e7\u00e3os com as declara\u00e7\u00e3es referidas nos incisos I e II do art. 46.

Par\u00edgrafo Unico. N\u00f3n havendo requerimento de promo\u00e7\u00e3o, o Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico organizar\u00e1 lista triplicata, observando os requisitos do art. 46 desta lei.

Art. 36. Sobremaneira ser\u00e3o indicados para promo\u00e7\u00e3o os membros do M\u00f3nico P\xf3blico que:

I - estejam em serv\u00f3cio em dia e s\u00f3cio e decis\u00e3o expressamente no requerimento de inscri\u00e7\u00e3o;

II - n\u00f3n tenham dado causa, injustificadamente, a desconto de antiguidade no per\u00f3lio de 12 (dois) anos anteriores ao pedido e s\u00f3cio e decis\u00e3o, expressamente, no requerimento de inscri\u00e7\u00e3o;

III - n\u00f3n tenham sofrido pena disciplinar no per\u00f3lio de 12 (dois) anos anteriores \u00e1 elabora\u00e7\u00e3o da lista;

IV - estejam classificados na primeira quinta parte da lista da antiguidade, salvo se o n\u00f3mico de inscritos que preencham tal requisito for inferior a 3 (tr\u00eas);

V - tenham completado 2 (dois) anos de exerc\u00e7\u00e3o no cargo imediatamente anterior, salvo se n\u00f3mico candidato a tiver e o interesse de serv\u00f3cio exigir o imediato preenchimento do cargo.

Art. 37. A lista dos inscritos ser\u00e3o editada em local vis\u00e1vel e publicada no Di\u00e1rio Oficial, concedendo-se 3 (tr\u00eas) dias para impugna\u00e7\u00e3o.

I 38 Prazo e prazo estipulado no "caput" deste artigo, o Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico, em sua pr\u00e1stica regular, indicar\u00e1 3 (tr\u00eas) meses, quando se tratar de promo\u00e7\u00e3o por vitaliciedade.

I 39 Tratando-se de promo\u00e7\u00e3o que deve obedecer \u00e1 crit\u00e9rio de antiguidade, f\u00f3rma e prazo previstos neste artigo, a promo\u00e7\u00e3o ser\u00e3o feita pelo Procurador Geral da Justi\u00e7a, observando os incisos I e IV do artigo anterior.

Art. 40. O cargo de Procurador da Justi\u00e7a ser\u00e3o preenchidos por promo\u00e7\u00e3o de membros do M\u00f3nico P\xf3blico dos comarcas de sua jurisdi\u00e7\u00e3o, observando as restri\u00e7\u00e3es previstas no art. 45.

CAP\u00EDTULO III

Da Remo\u00e7\u00e3o

Art. 41. A remo\u00e7\u00e3o, sempre para o cargo de igual entra\u00e7a ou categoria, dar-se-\u00e1:

I - a pedido, para cargo que se sobre vaga;

II - compulsoriamente, por motivo de interesse p\u00f3blico, mediante decret\u00e1rio do Conselho Superior do M\u00f3nico P\xf3blico, por voto de 2/3 (duas ter\u00eas) de seus membros, assentando n\u00f3mico desses;

III - por permuta, observados os seguintes requisitos:

a) pedido escrito e conjunto formulado por ambos os remanescentes;

b) a renuncia de remo\u00e7\u00e3o por permuta n\u00f3n ser\u00e3o permitidas ap\u00f3s o decurso de 2 (dois) anos;

IV - a renuncia \u00e1 pedido ou por permuta n\u00f3n confere direito \u00e1 ajuda de custo.

Art. 42. A renuncia volunt\u00e1ria far-se-\u00e1 pelo crit\u00e9rio de antiguidade e merecimento, alternadamente, observado o disposto no art. 41 e seus incisos.

I 43 A ren\u00e3o volunt\u00e1ria proceder\u00e1 o provimento inicial de carreira e a promoc\u00e3o.

I 44 A ren\u00e3o volunt\u00e1ria poder\u00e1 ser requerida no prazo de 10 (dez) dias, contados da publica\u00e7\u00e3o do respectivo edital.

I 45 Durante o est\u00e1gio probat\u00f3rio n\u00f3n ser\u00e3o permitidas a ren\u00e3o.

I 46 Os requerimentos para ren\u00e3o ser\u00e3o instru\u00e7\u00e3os com documento fornecido pelo Corregedor Geral do M\u00f3nico P\xf3blico, comprobat\u00f3rio dos requisitos mencionados no art. 46 desta lei, podendo, ainda, os candidatos assinar os pedidos c\u00f3pias de trabalhos, pr\u00e3xicas, relatos de recursos e outras equivalentes que reputarem de valor intelectual e jur\u00edfico, basta como t\u00f3picos ou documentos que demonstrem sua capacidade profissional.

Art. 47. Aplica-se para a ren\u00e3o, no que couber, os requisitos exigidos no cap\u00edtulo anterior.

CAP\u00EDTULO IV

Da Reintegraci\u00e3o

Art. 48. A reintegraci\u00e3o, que decorrer\u00e1 de senten\u00e7a judicial transitada ou julgada, \u00e1 retorno do membro do M\u00f3nico P\xf3blico ao cargo, com reavalia\u00e7\u00e3o dos vencimentos e vantagens devidas em raz\u00e3o do afastamento, inclusive de percuss\u00e3o em raz\u00e3o do estatuto, contados de con\u00e7a de direito.

I 49 Achegando-se provido o cargo no qual foi reintegrado o membro do M\u00f3nico P\xf3blico, o seu ocupante passar\u00e1 \u00e1 disponibilidade remunerada n\u00f3n posterior aprovadamente.

I 50 Tendo que esteja a cometer ou cometer de maneira volunt\u00e1ria, o membro do M\u00f3nico P\xf3blico reintegrado ser\u00e3o submetido \u00e1 Inspe\u00e7\u00e3o m\u00f3dica e, se considerado incapaz, sera aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito, se aprovado a reintegraci\u00e3o.

CAP\u00EDTULO V

Da Revocaci\u00e3o

Art. 49. A revocaci\u00e3o \u00e1 retorno do apresentado aos quadros do M\u00f3nico P\xf3blico, quando insatisfeitos os motivos de apresentador.

I 51 A revocaci\u00e3o operar\u00e1-se, a pedido ou de of\u00f3cio, no membro cargo ocupado quando da apresentador ou, se este n\u00f3n preverado, em cargo de categoria igual \u00e1 do momento da apresentador.

I 52 Ser\u00e3o cassada a apresentador se o apresentado n\u00f3n comparecer \u00e1 inspe\u00e7\u00e3o de comit\u00e9 ou n\u00f3n entre em exerc\u00e7\u00e3o no pr\u00f3ximo dia.

CAP\u00EDTULO VI

Do Aproveitamento

Art. 50. O aproveitamento \u00e1 retorno do membro do M\u00f3nico P\xf3blico em disponibilidade no exerc\u00e7\u00e3o funcional.

I 53 O membro do M\u00f3nico P\xf3blico ser\u00e3o apresentado no \u00f3rg\u00e3o de excepc\u00e3o quando posto n\u00f3n disponibilidade, salvo se se alocar outro de igual entra\u00e7a ou categoria, ou se alocar o cargo de que teria direito.

CAP\u00EDTULO VII

Da Disponibilidade

Art. 54. Os membros do M\u00f3nico P\xf3blico em disponibilidade ser\u00e3o classificados em quadro suplementar, provendo-se, imediatamente, a vaga que estiver, segundo a legisla\u00e7\u00e3o em vigor.

Art. 55. A disponibilidade remunerada outorga ao membro do M\u00f3nico P\xf3blico a percepc\u00e3o de seus vencimentos e vantagens integrais e a contagem de tempo como se em exerc\u00e7\u00e3o estivesse, bem como a possibilidade de concorrer \u00e1 promo\u00e7\u00e3o por antiguidade.

Art. 56. Os membros do M\u00f3nico P\xf3blico ser\u00e3o portados em disponibilidade nos casos expressamente previstos na Constitui\u00e7\u00e3o e na lei.

I 57 Em caso de extin\u00e7\u00e3o de \u00f3rg\u00e3o de exerc\u00e7\u00e3o, de comarca ou subunidade de sede de Procuradoria da Justi\u00e7a, ser\u00e3o facultados ao Promotor da Justi\u00e7a remover-se para outra Procuradoria de igual entra\u00e7a ou categoria, ou obter a disponibilidade com vencimentos e vantagens integrais e a contagem de tempo de servi\u00e7o como se em exerc\u00e7\u00e3o estivesse.

§ 32 O membro do Ministério Pùblico em disponibilidade permanecerá sujeito às regras constitutivas e será classificado no Quadro Especial, provendo-se a que couber.

CAPÍTULO VII Das Substituições

Art. 50. Os Membros do Ministério Pùblico seguirão substituições:

- I - uns pelos outros, automaticamente, conforme convém designado pelo Procurador Geral de Justiça;
- II - por designação especial ou convocação do Procurador Geral de Justiça.

Parágrafo Único. A substituição por convocação dar-se-á em caso de falecimento, de titular de cargo de carreira ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria ou Promotoria de Justiça, momento podendo ser assumido membros do Ministério Pùblico de entrada ou categoria imediatamente inferior.

Art. 50. Dar-se a substituição automatica

I - no caso de suspensão ou impedimento declarado pelo membro do Ministério Pùblico ou contra ele reconhecido;

II - no caso de falta no serviço;

III - quando, em razão de suas individualidades, houver, em qualquer outro afastamento, deixar o membro do Ministério Pùblico o exercício do cargo.

§ 32 Em qualquer caso, o membro do Ministério Pùblico provisoriari, sob pena de responsabilidade, a sua substituição, comunicando a corregedoria ou substituição legal, ao Procurador Geral do Ministério Pùblico.

§ 32 Cessam as funções do membro do Ministério Pùblico que estiver substituído, no caso do inciso I deste artigo, quando apresentar-se designado e, nos casos dos incisos II e III, com a apresentação da substituição, designado ou do convocado.

§ 32 O membro do Ministério Pùblico que passar a exercer a substituição deverá convidar o fato, imediatamente, ao Procurador Geral de Justiça e ao Corregedor Geral do Ministério Pùblico.

§ 32 Salvo nas comarcas em que houver um único Procurador de Justiça, fica instituído um plenário, mediante escala e em organização pelo Procurador Geral de Justiça, com funcionamento em horário excedente ao expediente normal, sábado, domingo, dias santos e feriados, com a finalidade de atender a situações emergenciais que requeiram a intervenção do Ministério Pùblico.

CAPÍTULO IX Das Férias, da Remuneração e do Desconto de Cargo

Art. 51. O membro do Ministério Pùblico vitalício perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, na forma do art. 11, I e Parágrafo Único, do Código Penal.

§ 12 O membro do Ministério Pùblico, igualmente, perderá o cargo, por sentença judicial transitada em julgado, providente da ação civil própria, ou irregular, quando:

- a) infração de deveres ou vedações estabelecidas neste art. e na Lei Orgânica Nacional do Ministério Pùblico;
- b) expulsão de serventia;
- c) abandono de cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos.

§ 32 A ação civil para a decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador Geral de Justiça, perante o Tribunal de Justiça local, por decisão da maioria absoluta do Colegiado de Procuradores.

Art. 51. A exoneração será concedida, a pedido, ao membro do Ministério Pùblico vitalício, desde que não esteja sujeito a processo administrativo ou judicial.

Parágrafo Único. A exoneração do membro do Ministério Pùblico em sentido probatório dar-se-á, a pedido, observado o disposto no art. 48 deste lei.

Art. 52. (V E T A D O).

CAPÍTULO X Do Tempo de Serviço

Art. 53. A apuração do tempo de serviço na entidade ou categoria, como se exercerá, será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 54. São considerados como de efetivo exercício os dias em que o membro do Ministério Pùblico estiver afastado de suas funções em razão de:

- I - férias;
- II - licenças:
 - a) para tratamento de saúde, de repouso e gabinete, à postura e à paternidade;
 - b) por motivo de doença em pessoa da família;
 - c) para desempenho de mandado civil ou outro cargo, emprego ou função de nível equivalente ou maior na Administração direta ou indireta, observado o art. 29, § 22, do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias da Constituição Federal.
- III - afastamento para frequentar curso de especialização e estudos no País e no Exterior, com prévia autorização do Procurador Geral, ouvido o Colegiado de Procuradores;
- IV - casamento;
- V - falecimento do cônjuge, descendente, ascendente, sogro e genro;
- VI - convocação para o serviço militar ou outros serviços por lei obrigatória;
- VII - doença devidamente comprovada, até 5 (cinco) dias por mês, independentemente de licença;

VIII - prestação de concursos ou prova de habilitação para cargo público ou à correção da magistratura superior;

IX - disponibilidade;

X - realização de tarefas relevantes do interesse da Justiça ou do Ministério Pùblico;

XI - para desempenho de mandado da Presidência da corte de classe;

Parágrafo Único. Não será permitida a abstenção, durante o estágio probatório, nos casos antevistos no incisos III, VIII, X e XI.

Art. 55. Ao membro do Ministério Pùblico computar-se-á, para todos os efeitos, o tempo de exercício de advogacia, até o máximo de 10 (dez) anos, respeitado para aposentadoria o estágio de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no Ministério Pùblico no Estado de Mato Grosso.

§ 12 O tempo de advocacia será comprovado pela inscrição no O.A.B. - Ordem dos Advogados do Brasil e pelo exercício da atividade por meio de certidões passadas pelos escritórios ou registros em Cartório Profissional do Ministério do Trabalho ou, ainda, através de justificação judicial.

§ 22 É vedada a contagem simultânea do tempo de exercício de advocacia com o do serviço público, devendo o interessado optar por um ou outro.

Art. 56. Ao membro do Ministério Pùblico computar-se-á, para os efeitos da aposentadoria, o tempo de serviço prestado em atividade privada, observado, no que couber, o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO XI Da Aposentadoria e Pensão

Seção I Da Aposentadoria

Art. 57. A aposentadoria de membro do Ministério Pùblico será computada aos 75 (setenta) anos de idade ou por invalidez permanente, e facultativa aos 30 (trinta) anos de serviço, sempre com vencimento integral, após 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira.

Art. 58. A facultativa de aposentadoria é exercida pelo membro do Ministério Pùblico que prestar com proveitos proporcionais até 25 (vinte e cinco) anos de serviços e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no Ministério Pùblico.

Art. 59. Aposentando-se após ter exercido 30 (trinta) anos de efetivo exercício na carreira, o membro do Ministério Pùblico fará jus à renominação do cargo imediatamente superior, ou, se ocupar o mesmo alto cargo, ao acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre os respectivos provenientes.

Art. 60. As provéncias da aposentadoria, que corresponderão à totalidade dos vencimentos percobertos no serviço ativo, a qualquer título, serão revistas na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos membros do Ministério Pùblico no exercício, sendo também estendidas aos benefícios quaisquer beneficiários ou vantagens posteriormente concedidas àqueles individuais que permaneçam devidamente transferidos ou renominação do cargo ou função em que se dava a aposentadoria.

Parágrafo Único. Os provenientes dos membros do Ministério Pùblico aposentados serão pagos na mesma ocasião em que o forem os vencimentos dos membros do Ministério Pùblico da ativa.

Seção II Da Pensão

Art. 61. As exigências sobreviventes ou, por seu falecimento, herdeiros ou dependentes do membro do Ministério Pùblico serão concedidas uma pensão correspondente aos vencimentos integrais que o mesmo percobia, com prejuízo de outras que tenha direito.

§ 12 A pensão será paga ao cônjuge sobrevivente ou, no falecimento, aos herdeiros ou dependentes, pelo órgão próprio do Ministério Pùblico.

§ 32 Na falta do cônjuge sobrevivente, dos herdeiros ou dependentes, a companheira ou companheiro com quem o membro do Ministério Pùblico estivesse convivendo, por mais de 5 (cinco) anos, comprovados judicial ou administrativamente:

- I - cessar o pagamento da pensão
- II - o cônjuge sobrevivente que contrate novas núpcias;
- III - o filho que completa a maioridade, salvo se inválido ou incapaz de prover a própria subsistência ou ainda se estiver cursando estabelecimento de ensino até a idade de 35 (trinta e cinco) anos;
- IV - os filhos que constituem núpcias.

§ 32 Nos casos dos incisos I e IV, do parágrafo anterior, o benefício transferir-se-á aos filhos, observado o disposto no § 22 deste artigo.

§ 32 No caso de viúva, viúvo, ex-companheira ou ex-companheiro ser funcionário público estadual e optar pelas vantagens da cargo, a pensão será integralmente transferida aos filhos menores, inválidos ou aqueles referidos no inciso II do § 32.

TÍTULO II Das Deveres, Vedações, Garantias e Prerrogativas, Vantagens e Direitos Dos Membros Do Ministério Pùblico.

CAPÍTULO I Das Deveres e Vedações

Art. 73. São deveres dos membros do Ministério Pùblico, além dos outros previstos em lei:

- I - manter liberdade conduta pública e particular;
- II - preservar pelo prestígio da Justiça, por suas prerrogativas, pelo dignidade de suas funções, pelo respeito às autoridades constituintes;

III - respeitar o empréstimo da diretriz, recomendação, ordem e instruções legais ou mandamentais com a sua independência funcional, qualquer que seja o órgão, entidade ou autoridade de que emanem;

IV - indicar as fundamentações jurídicas de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recurso;

V - obedienciar aos preceitos processuais;

VI - adotar nos autos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua preceito;

VII - desempenhar, com了解到, e preste, as suas funções;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

IX - adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis em face da irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorre nos serviços a seu cargo;

X - tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça;

XI - residir, se titular, na respectiva comarca;

XII - prestar informações solicitadas pelo órgão da Instituição;

XIII - identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIV - comparecer diariamente a seu local de trabalho e pelo permanecer durante o horário de expediente, salvo nos casos em que tenha de proceder às diligências indispensáveis ao exercício de suas funções;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - sair, no pleno administrativo, as decisões dos órgãos de Administração Superior do Ministério Pùblico, ressalvado o disposto no inciso III.

Art. 73. As membros do Ministério Pùblico se aplicam as seguintes vedações:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honrarias, percentuais ou custas processuais;

II - exercer a advocacia;

III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como sócia ou acionista;

IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de menor nível;

V - exercer atividade político-partidária ressalvada a filiação e o disposto no § 32 deste artigo;

§ 12 Não constituirá acumulação, para os efeitos do inciso IV deste artigo, as atividades exercidas em organizações sindicais afetas à área de atuação do Ministério Pùblico, em Centro de Estudo e Aperfeiçoamento do Ministério Pùblico, reconhecido pela Instituição, ou atividades sindicais do Ministério Pùblico e o exercício de cargo de confiança na sua administração e nos seus órgãos auxiliares.

§ 32 Para efeito do art. 118, § 5º, II, 4º, da Constituição Federal, seu prejuízo no disposto na Legislação Estadual, e membro do Ministério Pùblico poderá exercer cargo ou exercer cargo eletivo, ou a seu entender.

CAPÍTULO II Das Garantias e Prerrogativas

Art. 74. Os membros do Ministério Pùblico sujeitam-se a regime jurídico especial e têm as seguintes garantias:

I - vitaliciedade, após 30 anos de exercício, não podendo perder o cargo, nem por sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;

III - irrevogabilidade real de vencimentos, observado quanto à renominação, o disposto na Constituição Federal.

Art. 75. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Pùblico:

I - ser ouvido, após justificativa ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, no dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou com a autoridade competente;

II - não estar sujeito à intimação para comparecimento, exceto as expedidas para atestarem justiciaria ou convocação por órgão da administração superior do Ministério Pùblico competente, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

III - não prestar depoimento por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade, sob pena de responsabilidade e relaxamento de prisão, fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Pùblico ao Procurador Geral de Justiça;

IV - ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça do Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordens constitucionais;

V - ser custodiado ou recolhido à prisão determinar ou a cela especial do Estado Major, por ordens e à determinação do Tribunal competente, quando sujeito à prisão antes do julgamento final;

VI - ter assegurado o direito de acesso, ratificação e complementação das delações e informações relativos à sua pessoa, existente nos órgãos da Instituição;

Art. 76. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Pùblico, no exercício de sua função:

I - receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário justos aos quais officiam;

II - ter vista dos autos, após distribuição às cárteis e intervir nas sessões de julgamento para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

III - receber intimação ou notificação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista;

IV - gozar de inviolabilidade pelas opiniões ou procedimentos, nos limites de sua independência funcional;

V - ingressar e transitar livremente;

a) nas salas de sessões dos Tribunais, mesmo além das horas que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, curacias, tabelionatos, ofícios da Justiça, inclusive dos registros públicos;

designados de profissão e estabelecimento via Internet eletrônica;

- c) em qualquer ofício, escrita ou despatchada, em que fôr feita a representação judicial, notícias, ofício ou ofício, em outro serviço público ou deve prestar devoção ou outras provas ou informação útil no exercício de suas funções, dentro do respectivo regulamento ou fórmula de duração que se esteja presente qualquer fundamento;

VI - cumprir, em qualquer Juiz ou Tribunal, todos os processos finais ou em andamento, podendo exigir pagas ou tomar aprestamentos;

VII - cumprir, em qualquer Representação judicial, judicial, civil ou militar, antes da flagrante ou inquérito, finais ou em andamento, ainda que conexões à autoridade, podendo exigir pagas, tempo aprestamentos e outras outras provisões;

VIII - ter acesso ao Juizado de paz, a qualquer momento, mesmo quando desempenhado o seu incumprimento;

IX - ter acesso às verbas salariais e as insinuações privativas do Ministério Público;

X - ter acesso à direção das Juízas de primeira instância ou do Presidente do Tribunal ou Câmara;

XI - exercer ou dirigir a sua associação sindical e de greve, nas termos do art. 17, incisos VI e VII, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Quando, no curso de investigações, houver indício de prática de infração penal por parte de membros do Ministério Público, a autoridade judicial, civil ou militar competente, ainda para desempenhamento, ou respectivos ofícios ou Procurador-Geral da Justiça, a quem competirão os procedimentos àquele.

Art. 77. Os membros do Ministério Público tenho certeza funcional, valendo-se tanto o território nacional com círculo de identidade, a parte de armas, independentemente, neste caso, de qualquer tipo formal de licença ou autorização.

CARTÓRIO III Das vantagens, vantagens e direitos

Série I Das Vantagens

Art. 78. A remuneração dos membros do Ministério Público deverá ser fixada em nível condizente com a relevância da função e de forma a compensar todas as vantagens e incompatibilidades específicas que lhe são impostas, e a constituir real estrutura na relação de domínio entrevidas de seus jurídicos.

Art. 79. Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados com diferença não excedente a 50% (cinquenta por cento) de uma para outra estrutura e de estrutura mais elevada para o cargo de Procurador-Geral da Justiça, garantindo-se aos Procuradores de Justiça não menos de 50% (cento e cinquenta por cento) dos vencimentos estabelecidos àquele.

Parágrafo Único. O Promotor de Justiça designado para o desempenho de função juntamente a qualquer das órgãos da Administração Superior perceberá a diferença mencionada entre o vencimento de seu cargo e o do Procurador de Justiça.

Art. 80. A remuneração dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso é fixada pelo art. 40, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Federal nº 6.181/80), cujas tabelas serão adequadas ao estabelecido no art. 50, da mesma lei.

Art. 81. Os vencimentos devem ser pagos até o dia 10 de cada mês subsequentes, constituinte e através da entrega das delações correspondentes desempenhando as garantias do Ministério Público.

Série II Das Vantagens Privativas

Art. 82. As vantagens dos membros componentes do Ministério Público poderão ser acrescidas as seguintes vantagens, nos termos da lei:

- I - ajuda de custo, para despesas de transporte e acomodação;
- II - auxílio moradia, nas condições em que não haja residência oficial designada para o membro do Ministério Público;
- III - salário final;
- IV - diárias;
- V - verba de representação do Ministério Público;

- VI - gratificação pelo prestação de serviço à Justiça Militar, no termo do art. 50, VI da Lei Orgânica Nacional;
- VII - gratificação pelo prestação de serviço à Justiça de Trabalho, nas condições em que não haja Juíza de Conciliação e Julgamento;
- VIII - gratificação pelo ofício exercido em círculos de difícil provisão, sendo definida e indicada em lei ou ato do Procurador-Geral de Justiça;
- IX - gratificação pelo exercício executivo de cargos e funções, constituinte e através constante do art. 37, XVI, da Constituição Federal;

- X - verba de representação pelo exercício do cargo de dirigente ou de comandante Juntas ou órgãos da Administração Superior, sendo estabelecida em lei ou ato do Procurador-Geral de Justiça;
- XI - outras vantagens previstas em lei, inclusive as concedidas aos servidores públicos em geral;
- XII - gratificação adicionais por tempo de serviço de 25 (cinquenta por cento) de um, até o máximo de 25 (vinte e cinco) anos, iniciando sobre o vencimento básico e a verba de representação, observado o disposto no § 9º deste artigo e no Inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal;

- XIII - gratificação de negociação, para data preferida em razão de despedida de cargo ou função temporária, integral ou parcialmente, para todos os ofícios legais.

- XIV - auxílio funeral.

§ 1º A verba de representação, não quando concedida em razão de exercício de cargo ou função temporária, integra os vencimentos, para todos os ofícios legais.

§ 2º Aplicam-se aos membros do Ministério Público as diretrizes norteadas previstas no art. 71, VIII, XII, XVII, XVIII, e XIX da Constituição Federal.

§ 3º Compete ao I, para efeitos de apresentação, disponibilidade e autorização previstas em lei, por tempo de serviço, e tempo de exercício da advocacia, até o máximo de 15 (quinze anos).

§ 4º (As vantagens, anticipadas nos Incisos I, II, IV, V, VI; VII, VIII, XI, XII e XIII, deste artigo, serão reajustadas por recomendação do Conselho de Procuradores.)

§ 5º De Concessão parcial das vantagens, para todos os ofícios, a gratificação de representação do Ministério Público.

Série III Das vantagens não pecuniárias

Art. 83. São vantagens não pecuniárias dos membros do Ministério Público

- I - Série;
- II - Bônus para tratamento de saúde;
- III - Bônus por motivo de doença ou perda de família;

- IV - Bônus para reposo à gestante;
- V - Bônus paternidade;
- VI - afastamento para especialização;
- VII - Bônus para casamento;

- VIII - Bônus por leito;
- IX - contagem de tempo de serviço pelo exercício da advocacia;

- X - Bônus especial;

- XI - outros casos previstos em lei complementar.

Parágrafo Único. O Conselho de Procuradores disciplinará as vantagens previstas neste artigo, não podendo o membro do Ministério Público nestas situações exercer quaisquer de suas funções.

Art. 84. Os membros do Ministério Público ganharão 50 (cinquenta) dias de férias anuais, sendo ordinárias por 30 (trinta) dias, entre 22 e 31 de janeiro, e individuais por 20 (trinta) dias, conforme seja organizado pelo Conselho de Procuradores.

§ 1º Durante as férias ordinárias e recessos feriados, permanecendo de plantão os membros do Ministério Público que foram designados pelo Procurador-Geral da Justiça, assegurado a estes o gosto individual das férias perfeitas.

§ 2º (V E T A D O).

Art. 85. Por necessidade de serviço, o Procurador-Geral da Justiça poderá indicar o período de férias, bem como determinar que quaisquer membros do Ministério Público, em gosto de férias, permaneçam imediatamente o exercício de seu cargo.

§ 3º Por causa de apresentadora, o membro do Ministério Público que não tiver usufruído as férias a que tinha direito, não poderá se beneficiar de férias a que tinha direito, nem férias por quaisquer formas de contágio prevista em lei, fará jus a uma indenização equivalente a tantas perdas quanto deixou de usufruir, pagas, cada qual, na base das vencimentos autorizados à data da indenização.

§ 4º O Promotor de Justiça a que compete oficiar perante o Tribunal de Justiça não poderá ganhar férias no mesmo período em que houver previsão de reunião do citado Tribunal.

§ 5º O membro do Ministério Público que renunciar ao gosto de férias regulamentares contará em devere o período, para efeitos de apresentadora e disponibilidade, e, simples, para efeitos de admissão.

§ 6º Os membros do Ministério Público terão direito a receber, imediatamente, quando em gosto de férias, as respectivas vantagens, com a aplicação do disposto no art. 77, XVII, da Constituição Federal.

§ 7º Ao entrar em gosto de férias e se resguardar a exercido de cargo, o membro do Ministério Público fará as devidas comunicações ao Procurador-Geral da Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, deles constando.

- a) declaração de que os serviços estão em dia;
- b) endereço onde poderá ser encontrado.

TÍTULO III Da Disciplina

CAPITULO I Das Correções

Art. 86. A inspeção permanente será procedida pelos Procuradores de Justiça, no exercício de suas funções, e pelo Corregedor-Geral, mediante visitas nos Promotores de Justiça, ordinária ou por escrito, em exercícios reservados, ou recomendação ou observação que julgar cabível, devido-se clima das situações e mandado comparecer em suas apresentações ou audiências.

Parágrafo Único. O Corregedor-Geral, de ofício ou à vista das alegações sobre a atuação dos membros do Ministério Público, enviadas pelos Procuradores de Justiça, fará aos Promotores de Justiça, ordinária ou por escrito, em exercícios reservados, ou recomendação ou observação que julgar cabível, devido-se clima das situações e das determinações do Procurador-Geral da Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 87. A correção ordinária será efetuada, preventivamente, pelo Corregedor-Geral, de ofício, por determinação do Procurador-Geral da Justiça ou do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 88. Qualquer pessoa poderá recorrer ao Corregedor-Geral sobre os abusos, erros ou omissões dos Membros do Ministério Público.

Art. 89. Colaborado a correção, o Corregedor apresentará ao Procurador-Geral relatório plausibilizando, encerrando os autos

observações, as provas e provas e provas ou de caráter disciplinar ou administrativa que levaram de suas atribuições, informando, também, a competência moral, individual e funcional dos membros do Ministério Público.

Parágrafo Único. O resultado da correção será sempre levado ao conhecimento do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 91. Para auxiliar-las nas correções, o Corregedor-Geral poderá requisitar Promotores de Justiça de nível elevado estrutural, considerando seu mérito no Procurador-Geral, que determinará a estrutura de necessária Portaria.

Art. 92. Sempre que da corrupção ou violência de império verificar a violação dos deveres impostos aos membros do Ministério Público, o Corregedor-Geral terá nota reservada de que coligir no exame de autos, livros e papéis e das informações que obtever.

Parágrafo Único. Quando nas investigações documentadas, ou na investigação a que se refere este artigo, verificar-se a existência de fato punível de pena disciplinar, o Corregedor-Geral determinará a instauração da disciplina.

CAPITULO II Das Penas e Penalidades

Art. 93. Os membros do Ministério Público serão passíveis das seguintes sanções disciplinares:

- I - advertência;
- II - censura;
- III - suspensão por até noventa dias;
- IV - demissão.

Parágrafo Único. As membros do Ministério Público e assegurada ampla defesa em qualquer das sanções previstas neste artigo.

Art. 94. A pena de advertência será aplicada, reservadamente, no caso de negligência no cumprimento dos deveres de cargo.

Art. 95. A pena de censura será aplicada, de forma reservada, por escrito, no caso de reincidência em fato já punido com advertência.

Art. 96. A pena de suspensão será aplicada no caso de violação das proibições previstas no art. 14 desta lei e na reincidência em fato já punido com censura.

Art. 97. A pena de demissão será aplicada

- I - (V E T A D O);
- II - nos casos previstos no art. 91 desta Lei.

Art. 98. Para aplicação das penas disciplinares, considerar-se a natureza e a gravidade da infaria, os danos que dela provinham para o serviço e a Instituição, bem como os antecedentes do infrator.

Art. 99. Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se a natureza e a gravidade da infaria, os danos que dela provinham para o serviço e a Instituição, bem como os antecedentes do infrator.

Art. 100. Extingue-se em 3 (três) anos, a contar de data das respectivas satis, a possibilidade das faltas cometidas com as sanções previstas no art. 90 desta lei.

Parágrafo Único. A falta, também prevista em lei penal como crime, será sua penalidade extinta juntamente com aquela.

Art. 101. As decisões referentes à imposição de qualquer pena disciplinar conterão,除了 a de advertência, o pronunciamento do presidente, e o fato só será formalmente cônscio ou certificado no próprio trânsito, salvo se requerimento para tal.

CAPITULO III Do Processamento Disciplinar

Série I Disposições Gerais

Art. 102. Pelo exercício irregular de função pública, o membro do Ministério Público responde cível, penal e administrativa mente.

Art. 103. A aplicação das faltas funcionais será feita mediante sindicância e processo administrativo.

Art. 104. Para a aplicação de faltas puníveis com as penas de suspensão e de demissão será instaurado processo administrativo, por ato do Procurador-Geral da Justiça, por deliberação do Conselho Superior ou indicação do Corregedor-Geral.

Art. 105. Durante o processo administrativo, poderá o Procurador-Geral aplicar o fôrum do exercício do cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo de suas vencimentos e vantagens, computando-se esse lapso como preventivo na pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 106. No ato que determinar a instauração de procedimento disciplinar deverão constar, além do nome, a qualificação do indicado, a exposição resumida das férias que lhe são impostas e a designação do Presidente e dos membros do conselho processante ou sindicante e suas qualificações, conforme o caso.

Parágrafo Único. Quando o indicado for Promotor de Justiça, o processo disciplinar será sempre presidido pelo Promotor-Geral.

Art. 107. Os atos e termos da sindicância, se não houver dispensa especial, serão corrigidos no processo administrativo.

Art. 108. Os autos dos processos disciplinares serão arquivados no Corregedor-Geral, após a execução do julgado.

Séção II Do Sindicância

Art. 100. Instaurar-se-á sindicância:

I - como préliminar de processo administrativo, sempre que a infração não for evidente ou não estiver suficientemente caracterizada;

II - quando, não sendo obrigatório o processo administrativo, a infração deve ser apurada por meio sumário.

Art. 101. A Sindicância será processada na Corregedoria-Geral, devendo ser presidida pelo Corregedor-Geral.

§ 1º A Sindicância, que terá caráter reservado, deverá estar concluída dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data de instauração das trabalhos, prorrogável por mais 15 (quinze), à vista de proposta fundamentada do sindicante é autorizado que a instaure.

§ 2º Da instalação das trabalhos haver-se-á sua constatação.

§ 3º O sindicante poderá solicitar ao Promotor-Geral a designação de sede de um membro do Ministério Públiso, de categoria igual ou superior à do sindicante, para auxiliar nos trabalhos.

Art. 102. Consideradas as elementos necessárias à comprovação das faltas e da autoria, serão imediatamente ouvidos o sindicante, que poderá, no ato ou dentro de 3 (três) dias se os solicitar expressamente, oferecer e indicar as provas de seu interesse que serão deferidas a juízo do sindicante.

§ 1º Concluída a produção de provas, o sindicante será intimado para, dentro de 5 (cinco) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente, ou por procurador, ficando os autos à sua disposição.

§ 2º Decidido o prazo de que trata o parágrafo anterior, o sindicante elaborará o relatório, em que examinará todos os elementos de sindicância e proporá as medidas cabíveis, encaminhando-o, juntamente com os autos, à autoridade que o instaurou.

Séção III Do Processo Administrativo

Art. 103. O processo administrativo para a apuração de faltas punidas com as penas de suspensão e demissão será realizado por uma comissão designada pelo Promotor-Geral e constituída por 3 (três) membros do Ministério Públiso, de categoria igual ou superior à do indicado.

§ 1º Os integrantes da comissão processante, bem como seu secretariado, poderão ser dispensados de suas funções normais, devendo renunciar-las logo após a entrega do relatório final.

§ 2º A comissão dissover-se-á automaticamente 10 (dez) dias depois do julgamento, permanecendo seus integrantes, no período compreendido entre a entrega do relatório e a dissolução, à disposição de autoridade que determinou a instauração do processo, para qualquer diligência ou esclarecimento que se fizerem necessárias.

§ 3º A apuração processual, sejais prelpitadas todas as ações necessárias ao desenrolar da sua função, a começar pela liberação de funcionários que o seu presidente utilizar para servir como secretaria.

Art. 104. O processo administrativo terá início dentro de 5 (cinco) dias após a constituição da comissão e deverá estar concluído dentro de 30 (trinta) dias da instalação das trabalhos, prorrogável por mais 30 (trinta), a juízo da autoridade que determinou sua instauração à vista de proposta fundamentada do seu presidente.

Parágrafo Único. Da instalação das trabalhos haver-se-á o necessário tempo, que será核算ado em reuniões dos membros da comissão e avançado os autos.

Art. 105. O indicado será identificado por notificação que conterá os termos da portaria de instauração e teor da acusação, bem como a designação de dia, hora e local de audiência de interrogatório.

§ 1º A notificação haverá de ser feita pessoalmente, com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, ante colo da embaixada a data designada.

§ 2º Quando houver deuvidade e/ou vísma, serão estas provas ouvidas com precedência sobre o interrogatório do indicado, e qual, entretanto, será identificado do ato, a ele podendo fazer presente ou por intermédio de advogado legalmente constituído, com direito a reperguntas.

Art. 106. Após o interrogatório, o indicado terá 3 (três) dias para apresentar sua defesa prévia, arrolar testemunhas, no máximo de 5 (cinco), e requerer a produção de provas de seu interesse, que serão deferidas se não forem pertinentes e tiverem infunho meramente probatório, a juízo da comissão.

Parágrafo Único. Para viabilizar a defesa preliminar, os autos ficarão à disposição do indicado, a partir do interrogatório, e, se o lugar ignorado, se o aju de editais, publicitado uma vez no Diário Oficial, com prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 107. Feita a notificação, caso que haja comparecimento do indicado, sera este declarado rével, pressupondo-se o processo com a defesa que lhe for nomeado pelo presidente da comissão, devendo o nomeado recuar em membro do Ministério Públiso de categoria igual ou superior à do indicado.

Art. 108. A comissão a defesa preliminar, se designada data para audiência das testemunhas de acusação e de defesa, que serão ouvidas com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, notificando o indicado e sua defesa.

Parágrafo Único. Não sendo possível concluir-se, no mesmo dia, a produção de prova testemunhal, o Presidente designará data para a continuação, em uma ou mais vezes, notificando o indicado e os testemunhas presentes.

Art. 109. Concluída a instrução, inclusive com a realização de perícias, diligências e outras provas que houverem sido requeridas e deferidas, o Presidente encerrará o processo, reproduzindo as irregularidades verificadas ou determinando o complementação das provas, se necessário, que deverá ser feita no prazo de cinco dias, e, a seguir, mandará dar vista das autos ao indicado para, em igual prazo, oferecer alegações finais.

Parágrafo Único. A vista será dada na Secretaria da comissão, guardadas as devidas cautelas, e o prazo será em dobro, caso haja mais de um indicado no mesmo processo.

Art. 110. Reservado o prazo de que trata o artigo anterior, a comissão apresentará todos os elementos do processo, apresentando relatório no qual proporá, fundamentalmente, a absolução ou o punição do indicado, apontando, nessa última hipótese, a pena que lhe parecer cabível e o seu fundamento legal.

§ 1º Havendo divergências nas conclusões, ficará constando do relatório a resolução de cada um ou o voto vencido.

§ 2º Juntado o relatório, serão os autos e todos os documentos do processo remetidos, incontinenti, ao Promotor-Geral de Justiça.

Art. 111. Ao indicado será assegurada ampla defesa, podendo requebrar testemunhas e formular questões, passivamente ou por defensor, e fazer-se representar nos autos e fornecer em que sua presença por disponibilidade.

Art. 112. O indicado deverá ser notificado, pessoalmente ou através de seu procurador, de todos os atos e termos do processo, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quando não for na própria audiência.

Art. 113. As testemunhas serão obrigadas a comparecer às audiências, quando regularmente notificadas, e, se não o fizerem, poderão ser conduzidas pela autoridade policial, mediante requisição do presidente.

Art. 114. As testemunhas poderão ser inquiridas por todos os integrantes da comissão e reaiquiridas pelo Presidente, após as reperguntas do indicado.

Art. 115. A comissão poderá deslocar-se de sua sede a fim de prestar algum ato julgado conveniente para a instrução do processo, hipótese em que seus membros farão jus a diárias para as despesas de viagem e permanência no local.

Art. 116. As comissões serão aplicadas as regras pertinentes do Código de Processo Penal.

Séção IV Do Julgamento

Art. 117. Hoc causa em que o sindicante ou a comissão optar pela imposição de pena de competência do Promotor-Geral, este, se concordar com a conclusão proposta, aplicará a penalidade no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento dos autos.

§ 1º Se o Procurador-Geral não se considerar habilitado a proferir o julgamento, poderá converter-se este em diligência, devolvendo os autos ao sindicante ou a comissão, para os fins que indicar, com prazo não superior a 10 (dez) dias.

§ 2º Retornando os autos, o Promotor-Geral decidirá em 3 (três) dias.

§ 3º O indicado será notificado, pessoalmente ou através de seu rével, ou forte aviso, ou forte aviso, caso em que será notificado mediante publicação no Diário Oficial.

Art. 118. Concluída a comissão pela imposição de pena de demissão, o Promotor-Geral, ouvido previamente o Conselho Superior e caso o parecer este, dentro de 15 (quinze) dias contados do recebimento dos autos, haverá o respectivo ato, se for o caso, ou encaminhará os autos à decisão do Poder Judiciário.

Art. 119. Das decisões condonatórias proferidas pelo Juiz ou pelo Conselho Superior, recurso voluntário, com efeito suspensivo, para o Conselho Superior.

Art. 120. O recurso será interposto pelo indicado ou seu procurador, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento da decisão, por petição fundamentada dirigida ao Promotor-Geral.

Art. 121. Recebida a petição, o Promotor-Geral determinará sua juntada ao processo, se competente, procedendo-se ao sorteio de um relator e um revisor, dentre os componentes do Conselho Superior, e convocará uma reunião desse órgão para, no máximo, 15 (quinze) dias depois.

§ 1º Nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao sorteio, o processo será entregue ao relator, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para examiná-lo, passando-o, em seguida, por igual prazo, ao revisor.

§ 2º O julgamento realizar-se-á de acordo com as normas regimentais, comandando-se o resultado pessoalmente ao recorrente e remetendo-se o processo ao órgão competente para o cumprimento de decisão.

Art. 122. Das decisões proferidas pelo Promotor-Geral cabrá resposta pedida de reconsideração, no prazo de cinco dias.

CAPÍTULO IV Da revisão do Processo Administrativo

Art. 123. Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo disciplinar de que tenha resultado imposição de pena, sempre que forem aduzidas fatos novos ou circunstâncias ainda não apreciadas e suficientes de provar a inocência ou de justificar a imposição de pena mais branda, ou, ainda, no caso de constatação de vícios insanáveis no curso do procedimento.

§ 1º Da revisão não pode querer a agravação da pena.

§ 2º A simples alegação de injustiça da decisão não será considerada como fundamento para a revisão.

§ 3º Não será admitida a retificação de pedido pelo mesmo motivo.

Art. 124. A revisão judicial será requerida pelo próprio interessado ou seu procurador ou, se inabilitado ou interditado, pelo vincente, descendente ou irmão.

Art. 125. O pedido será dirigido ao Promotor-Geral de Justiça ou ao Conselho Superior do Ministério Públiso, conforme o caso, que determinará sua atuação e apreciação do processo disciplinar e designará comissão revisora, composta de três membros do Ministério Públiso, de categoria igual ou superior à do requerente, presidida, sempre, por um Promotor de Justiça.

§ 1º A petição estará instruída com as provas que o requerente possuir ou indicará aquelas que pretende produzir.

§ 2º Não poderá integrar a comissão revisora aqueles que tenham fundamentalmente o mesmo cargo ou processo administrativo.

Art. 126. Concluída a instauração do pedido, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o requerente terá 5 (cinco) dias para apresentar suas razões finais.

Art. 127. A comissão revisora, com ou sem as alegações do requerente, relativizará o processo, apresentando-o, a seguir, a apreciação e julgamento do Promotor-Geral de Justiça, ou do Conselho Superior do Ministério Públiso, conforme tanto, em grau de recurso.

§ 1º - a restituição do processo disciplinar, se não tiver ocorrido a prescrição, nem caso de extinção;

§ 2º - a conciliação, modificação ou substituição da pena.

Art. 128. A revisão, se favorável ao punido, terá como efeitos o restabelecimento, em sua plenitude, dos direitos atingidos pela punição.

Art. 129. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dos Dispêndios Físicos e Transitorios

Art. 130. O quadro do Ministério Públiso compõe-se de:

I - na segunda instância

a) 3 (três) cargos de Promotor-Geral de Justiça;

b) 22 (vinte e dois) cargos de Promotor;

c) 12 (doze) cargos de Juiz de Direito;

d) 11 (onze) cargos de Juiz de Direito Titular;

e) 1 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto;

f) 1 (um) cargo de Juiz de Direito Especial;

g) 32 (trinta e dois) cargos de Promotor de Justiça;

h) 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça Titular;

i) 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça Substituto;

j) 1 (um) cargo de Juiz de Direito Titular Interino;

k) 1 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto Interino;

§ 1º As Promotorias de Justiça serão designadas numericamente em cada unidade e suas atribuições serão disciplinadas pelo Conselho Superior do Ministério Públiso.

§ 2º O Promotor-Geral de Justiça, "ad referendum" do Conselho Superior do Ministério Públiso, autorizará a instalação da Promotoria de Justiça, quando de instalação de nova vara judicial, por necessidade de atividades extrajudiciais ou interesse público.

§ 3º Consideram-se instaladas, no dia de pronunciamento desta lei, as novas Promotorias de Justiça, sujeitas, no entanto, ao disposto no § 1º desta edição.

§ 4º O Quadro do Ministério Públiso poderá ser alterado por lei ordinária, condicionando-se sua expansão a criação de novas comarcas ou varas judiciais, bem como as necessidades dos serviços institucionais.

Art. 131. É vedado o exercício das funções do Ministério Públiso a pessoas a elas estranhas.

Art. 132. O consócio do membro do Ministério Públiso que for servidor efetivo será ressalvado ou designado, se o requerer, para a sede de comarca em que este servir, nos prazos de qualquer direito e vantagem.

Parágrafo Único. Não havendo vaga nas quadras de respectiva comarca administrativa ou não existindo a repartição regimental, o consócio será admitido ou designado a disposição de qualquer serviço estadual existente no comarca.

Art. 133. A Associação Mineiro-Pernambucana do Ministério Públiso, fundada em 31 de março de 1987, é o órgão representativo da classe, na forma das suas estatutas.

Art. 134. O Sindicato Oficial de dirigentes das tribunais Judiciais elaborados pelos membros da instituição é a Revista de Direito do Ministério Públiso de Mata Grossa.

Art. 135. Ao Ministério Públiso aplicam-se, supletivamente, as disposições da Lei Orgânica do Ministério Públiso de União.

Art. 136. Compete ao Promotor-Geral de Justiça, ouvir o Conselho Superior do Ministério Públiso, autorizar o afastamento da turma de nome de Ministério Públiso que tenha exercido a opção de que trata o art. 39, § 3º, da ANCtF de Constituição Federal.

§ 1º Hora é garantida a rotatividade de opção de que cuida este artigo.

§ 2º O profissional afastamento de que cuida neste artigo será considerado de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, excepto para renúncia ou promoção por decreto.

